



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA – CPIPETRO

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Izalci)**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. **Ronan Maria Pinto**, CPF nº 097.607.171-15, para prestar esclarecimentos.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e dos arts. 35, 36 e 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. **Ronan Maria Pinto**, CPF nº 097.607.171-15, para prestar esclarecimentos.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando-se a matéria veiculada pelo jornal Estadão de 23/8/2014¹, que revela a apreensão pela Polícia Federal de um contrato na

¹ <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,pf-acha-elo-de-valerio-e-empresario-do-abc,1548196>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ordem de R\$ 6.000.000,00(seis milhões de reais) - referente a um empréstimo entre as empresas 2S Participações Ltda.(de Marcos Valério) e a Expresso Nova Santo André(de Ronan Maria Pinto)- documento encontrado na operação da PF no escritório da contadora Meire Poza, torna-se plausível a convocação do Sr. Ronan Pinto, nesta CPI.

Ao que indica, Ronan Maria chantageou autoridades brasileiras para guardar segredo, o que não obstante culminou num empréstimo "pago" pela Petrobrás.

Saliente-se, portanto, que de acordo com o depoimento de Marcos Valério, prestado perante o Ministério Público Federal em 24/09/2012, o operador do mensalão revelou que o PT usou a Petrobras para levantar os mencionados R\$ 6 milhões.

Segundo afirmou Valério o montante era para pagar a um empresário que ameaçava envolver o presidente Lula, o ministro Gilberto Carvalho e o mensaleiro José Dirceu no caso do assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel.

Em certos trechos do referido "Termo de Depoimento" constou, *ipsis litteris*:

"...Que, Ronam Pinto pediu R\$ 6.000.000,00 para comprar 50% do Jornal Diário do ABC..."

"...Que depois que o caso Mensalão veio à tona, o depoente ficou sabendo que o banco Chain tinha uma construtora chamada Construtora Chain, que essa construtora comprou umas sondas de petróleo que foram alugadas pela Petrobras, por intermédio do seu diretor Guilherme Estrela, como forma de viabilizar o pagamento da dívida..."

Observando, ainda, que um Contrato de Mútuo apreendido no escritório do doleiro Alberto Youssef, figura como sócio o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, cujo empréstimo coincide com o mesmo valor listado por Marcos Valério em seu depoimento no MPF, isto é, R\$ 6.000.000,00(seis milhões de reais), não há dúvida da vinculação deste com Youssef e de ambos com questões que dizem respeito à investigação objeto desta CPI.

Somando-se a isso, outras matérias jornalísticas que discorrem sobre as revelações de Marcos Valério, e, por conseguinte, de suma importância para a averiguação objeto desta CPI e que merecem ser verificadas com devida acuidade, não nos furtamos de recorrer à transcrição parcial de teor da edição nº 2358, de 06 de fevereiro do corrente mês, da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Revista ISTOÉ, devido aos seus pormenores, cujo título constou: **A empreiteira e o amigo de Lula**ⁱ :

“Relatório inédito do Banco Central anexado a um inquérito da Polícia Federal, obtido com exclusividade por ISTOÉ, revela que o pecuarista José Carlos Marques Bumlai, amigo do ex-presidente Lula, obteve em outubro de 2004 um empréstimo de R\$ 12 milhões junto ao Banco Schahin. O documento desmonta a versão de Bumlai de que nunca havia contraído financiamento do banco e reforça denúncia do publicitário Marcos Valério feita em 2012. Naquele ano, em depoimento ao Ministério Público Federal, o operador do mensalão afirmou que o pecuarista intermediou uma operação para comprar o silêncio do empresário de transportes Ronan Maria Pinto. Segundo Valério, Ronan ameaçou envolver o ex-presidente Lula, e os ex-ministros José Dirceu e Gilberto Carvalho no assassinato do então prefeito de Santo André Celso Daniel. Valério tentava um acordo de delação premiada e disse ainda que, como contrapartida ao empréstimo a Bumlai, a Schahin foi recompensada com contratos bilionários de arrendamento de sondas para a Petrobras. Os contratos estão na mira da Operação Lava Jato, que incluiu a Schahin no inquérito aberto para apurar o esquema de pagamento de propina e desvios na Petrobras, conforme antecipou ISTOÉ em sua última edição.

No documento do BC, datado de 7 de agosto de 2008, Bumlai aparece numa lista de 24 devedores do Banco Schahin beneficiados com empréstimos concedidos de forma irregular, “sem a utilização de critérios consistentes e verificáveis”. Para liberar a bolada, o Banco Schahin burlou normas e incorreu em seis tipos de infrações diferentes. Desconsiderou, por exemplo, a apresentação pelo cliente de dados cadastrais completos e atualizados, não procedeu qualquer análise da capacidade financeira de Bumlai ou mesmo de seus avalistas. Em outras palavras, o empréstimo milionário ao amigo de Lula foi liberado sem as garantias exigidas de qualquer cidadão comum.

Ainda assim, quando Valério revelou a operação, Bumlai poderia ter admitido o empréstimo e alegado outro destino para o dinheiro. Mas preferiu dizer que nunca teve nada a ver com o Banco Schahin. Todos os citados por Valério adotaram a mesma estratégia. Questionado novamente, Bumlai, por meio de seu advogado, negou “qualquer envolvimento com os fatos objeto de depoimento de Marcos Valério”. E o grupo Schahin classificou o caso como “uma rematada mentira que jamais foi comprovada”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



AS PRIMEIRAS REVELAÇÕES Operador do mensalão, Marcos Valério contou ao Ministério Público que o empréstimo foi necessário para proteger Lula, José Dirceu e Gilberto Carvalho

Não bastasse a inobservância das regras para a concessão do empréstimo a Bumlai, o Banco Schahin, segundo o documento do Banco Central, maquiou o nível de risco da operação, classificando-a como “B”, quando na verdade era “E”, de acordo com a análise do BC. O ranking de risco do mercado financeiro obedece a uma escala crescente de nove níveis, começando em AA, praticamente nulo, e depois seguindo de A até H, o pior. Ao classificar o empréstimo com nível de risco inadequado, o Schahin “constituiu provisão insuficiente para fazer face às perdas prováveis”, informou o Banco Central. Além de apontar inúmeras deficiências nos controles internos da área de crédito bancário, o BC ainda determinou um ajuste contábil de R\$ 108,7 milhões.

Não à toa Bumlai foi escolhido, segundo Marcos Valério, para ser um dos pontas de lança da operação. Pecuarista oriundo da região Centro-Oeste, o empresário foi apresentado ao ex-presidente Lula pelo ex-governador de Mato Grosso do Sul Zeca do PT. A afinidade foi tanta que uma das fazendas de Bumlai serviu de palco para um dos programas da campanha de Lula em 2002. Com a ascensão de Lula à Presidência, Bumlai passou a desfrutar de acesso livre no Palácio do Planalto. Era recebido sem marcar hora e tornou-se um conselheiro de Lula para o agronegócio. Por indicação do ex-presidente, integrou o chamado Conselhão do governo – Conselho de Desenvolvimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Econômico

e

Social.

CHANTAGEM, TRÁFICO DE INFLUÊNCIA E CORRUPÇÃO

A história de um empréstimo suspeito envolvendo um amigo de Lula, a cúpula do PT e o caso Celso Daniel que colocou a empreiteira Schahin no epicentro do esquema do Petrolão



EM SETEMBRO DE 2012, Marcos Valério tentou fazer um acordo de delação premiada para reduzir sua pena de 40 anos de prisão. Em depoimento ao MPF, ele insinuou o envolvimento de gente da cúpula do PT com o assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel, em 2002

Valério disse que, em 2003, o empresário Ronan Maria Pinto, integrante do esquema de corrupção na administração petista em Santo André, teria cobrado R\$ 6 milhões do PT para não incriminar Lula, José Dirceu e Gilberto Carvalho

O publicitário contou ao MPF que foi procurado pelo então secretário-geral do PT, Silvinho Pereira, para ajudar a levantar o dinheiro. Mas teria se negado a participar da operação. No depoimento, Valério dá detalhes de encontros com Silvinho e Breno Altman, homem de confiança de Dirceu

Depois, Valério soube por Silvinho que os R\$ 6 milhões foram obtidos por meio de empréstimo em nome do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula, junto ao Banco Schahin. Ronan teria usado o dinheiro para comprar 50% do "Diário da Grande ABC". Já o grupo Schahin teria sido recompensado com contratos de aluguel de sondas para a Petrobras



EM 2006, o grupo Schahin firmou com a estatal um contrato de US\$ 1,2 bilhão para o fornecimento de duas sondas de exploração em águas profundas. Sem capacidade para construir o equipamento, a companhia se associou à coreana Mitsui. O contrato está sob suspeita da PF nas investigações da Lava Jato

EM 2011, o Banco Schahin foi vendido para o BMG. A operação foi aprovada pelo BC, que só depois descobriu que os gestores do Schahin haviam maquiado a contabilidade da instituição para encobrir um rombo bilionário

Bumlai sempre negou que tivesse participado da operação citada por Valério ou mesmo recorrido a qualquer empréstimo junto ao banco Schahin. Mas uma fiscalização do BC em 2008 arrolou Bumlai entre os clientes devedores. O amigo de Lula pegou R\$ 12 milhões do banco em outubro de 2004



35

Além da burla a normas internas, as facilidades garantidas pela Schahin a Bumlai impressionariam, não tivesse o pecuarista a chancela da cúpula do PT e, claro, de Lula. O empréstimo deveria ser quitado em uma única parcela, com vencimento seis meses depois. Na data do vencimento, porém, o banco renovou o prazo e elevou o valor da dívida, incorporando os encargos. Esse procedimento foi repetido mais uma vez, sem que o devedor realizasse o pagamento de qualquer valor correspondente ao principal ou aos encargos. Com isso, o contrato 425/04, após dois aditivos, chegou a aproximadamente R\$ 15 milhões. Com efeito, o órgão regulador do mercado financeiro responsabilizou os gestores Sandro Tordin, Carlos Eduardo Schahin, Francos Costa de Oliveira e José Carlos Miguel pela prática de "má concessão das operações de crédito", citando nominalmente o empréstimo feito a José Carlos Bumlai. Todos foram condenados à inabilitação para o exercício de cargos de direção em instituições financeiras, mas a condenação foi depois



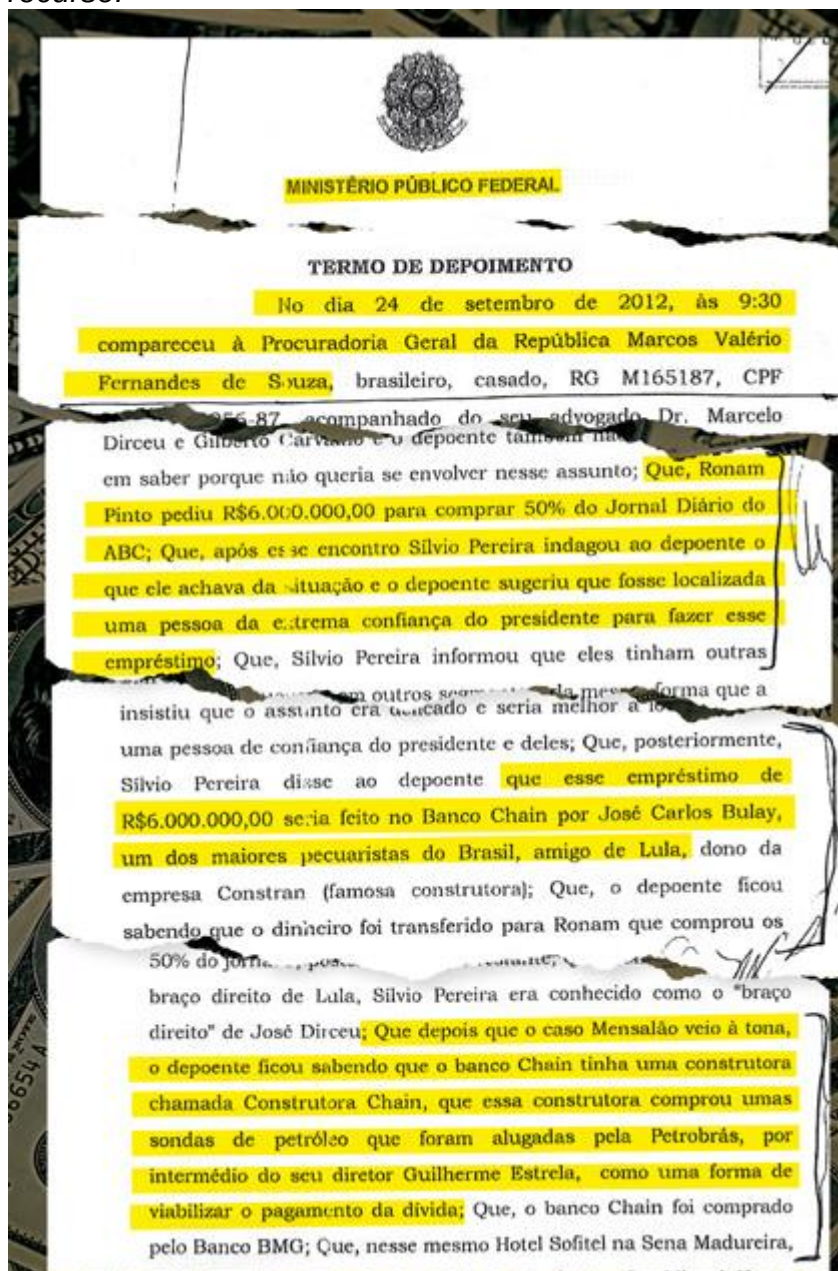
CÂMARA DOS DEPUTADOS

convertida
recurso.

em

multa,

após



Bumlai arrolou como “garantidores” do empréstimo o filho Maurício de Barros Bumlai e a nora Cristiane Barbosa Dodero Bumlai. Estes, por sua vez, lançaram mão de empresas e terceiros para sustentar a operação, sem contudo demonstrar capacidade financeira para honrar o compromisso. Nas palavras do então chefe do Departamento Fiscal do BC, Alvir Hoffmann, verificou-se que algumas operações foram “garantidas por avais, tanto de controladores das empresas tomadoras de recursos quanto de terceiros, dos quais não se encontrou a análise da capacidade de honrar eventuais obrigações”. “Dessa forma, a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

mensuração do nível de segurança oferecido pelas garantias restou prejudicada”, escreveu Hoffmann.

No relatório do BC não há registro de que o pecuarista tenha quitado o referido empréstimo ou seus avalistas. Como se sabe, o Banco Schahin, antes de quebrar e ser vendido ao BMG em 2011, notabilizou-se por não reaver deliberadamente seu patrimônio. O mesmo aconteceu com um depósito de mais de US\$ 100 milhões feito numa conta do Banco Clariden na Suíça, montante este que, segundo revelou ISTOÉ na última edição, serviu para alavancar outro empréstimo no Deutsche Bank para a construção dos primeiros navios-sondas que foram arrendados à Petrobras.



CONTRAPARTIDA

Os contratos de arrendamento de navios-sonda para a Petrobras renderam num primeiro momento à Schahin US\$ 1,2 bilhão

É justamente esse contrato, no valor de US\$ 1,2 bilhão, que Marcos Valério disse ter sido entregue ao grupo Schahin como recompensa ao empréstimo a Bumlai naquele momento tão delicado. Nos últimos dias, a Operação Lava Jato lançou luz sobre essas contratações, uma vez que a Schahin passou a integrar o inquérito sobre os desvios na Petrobras. No depoimento ao MPF, o publicitário mineiro deu os detalhes sobre os negócios do grupo, grafado erroneamente como “Chahin”. Segundo disse aos procuradores, depois que o “caso do mensalão veio à tona”, ele soube que o banco tinha uma construtora chamada Schahin, “que essa construtora comprou umas sondas de petróleo que foram alugadas pela Petrobras, por intermédio do seu diretor Guilherme Estrella, como uma forma de viabilizar o pagamento da dívida”, registra o depoimento ao MPF em 2012.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Depois da operação cala-boca em Santo André, o negócio das sondas avançou. Em agosto de 2006, a Schahin Engenharia, construtora do grupo, fez sua estreia no clube das empreiteiras fornecedoras da Petrobras. A estatal encomendou-lhe duas sondas de perfuração offshore de um lote de seis por um total de US\$ 4,8 bilhões. Além da Schahin, ganharam o negócio a Queiroz Galvão, a Odebrecht e a Petroserv. Como nenhuma dessas empresas tinha expertise nem capacidade para a construção das sondas, foram buscar no exterior os fornecedores tradicionais do setor, atuando como agentes intermediários. A Schahin, por exemplo, firmou parceria com a Modec, subsidiária da japonesa Mitsui.



SEGUNDA PARCELA A PF desconfia que o restante do empréstimo, os outros R\$ 6 milhões, possa ter sido embolsado pelo próprio Ronan Pinto, que adquiriu o jornal

Até hoje, a Petrobras não explica por que não contratou diretamente os fornecedores. Na ocasião da celebração desses contratos, Estrella era diretor de exploração e produção e foi o arquiteto do modelo de exploração do pré-sal. Ele dizia que os negócios com as empresas nacionais gerariam uma economia de 25% em relação ao mercado internacional, mas não contou que essas mesmas empreiteiras tinham que comprar as sondas no exterior. O que se vê hoje é que a estatal pagou muito mais do que deveria em contratos superfaturados que serviram para o pagamento de propinas a executivos e políticos. Como já foi revelado por ISTOÉ em sua última edição, o grupo Schahin cresceu ainda mais dentro da Petrobras nos anos seguintes, negociando o arrendamento e a operação de mais oito navios-sonda e navios FPSO, sigla para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

definir embarcação de produção, armazenamento e descarregamento de petróleo e gás.

Questionada, a estatal não revela o valor total dos contratos com a Schahin, mas estima-se que cheguem facilmente aos R\$ 15 bilhões. Os pagamentos são feitos em mais de 50 offshores abertas em uma dezena de paraísos fiscais diferentes. Nas contas da PF, existiriam em nome de empresas de fachada do grupo Schahin mais de uma centena de contas bancárias no exterior, que os investigadores suspeitam terem sido usadas para distribuição da propina. Além de offshores, o grupo Schahin mantém empresas de fachada no Brasil. Todas localizadas no mesmo endereço: na Vila Mariana, em São Paulo. Uma delas é a S2 Participações Ltda., que, segundo a PF, seria uma espécie de “empresa espelho” da 2S Participações Ltda., de Marcos Valério. Várias empresas do grupo Schahin são identificadas pelos dois “S”, em referência aos irmãos Salim e Milton Schahin.

No ano passado, a PF apreendeu no escritório de Meire Poza, contadora do doleiro Alberto Youssef, um contrato de empréstimo no valor de R\$ 6 milhões, firmado entre a 2S Participações e a Expresso Nova Santo André, de Ronan Maria Pinto, o chantagista do caso Celso Daniel. Durante o processo do mensalão, descobriu-se que a 2S serviu de entreposto para repasses de diversas outras empresas, inclusive a corretora Bônbus Banval, de Enivaldo Quadrado, mensaleiro condenado e que está também envolvido na operação Lava Jato. Para a PF, o contrato entre Valério e Ronan teria servido para simular o repasse de metade dos recursos obtidos por Bumlai, com o objetivo de ocultar sua origem. A PF desconfia que o restante do empréstimo, os outros R\$ 6 milhões, possa ter sido embolsado por Bumlai, retornado para o grupo Schahin ou ido parar na conta de uma terceira pessoa. Outra opção é que o dinheiro também tenha ido para Ronan, que adquiriu inicialmente 50% do “Diário do Grande ABC”, mas depois comprou os 50% restantes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



EM TODAS *Mencionado por Marcos Valério, o ex-ministro José Dirceu que cumpre prisão domiciliar, sempre negou qualquer envolvimento no episódio do assassinato de Celso Daniel*

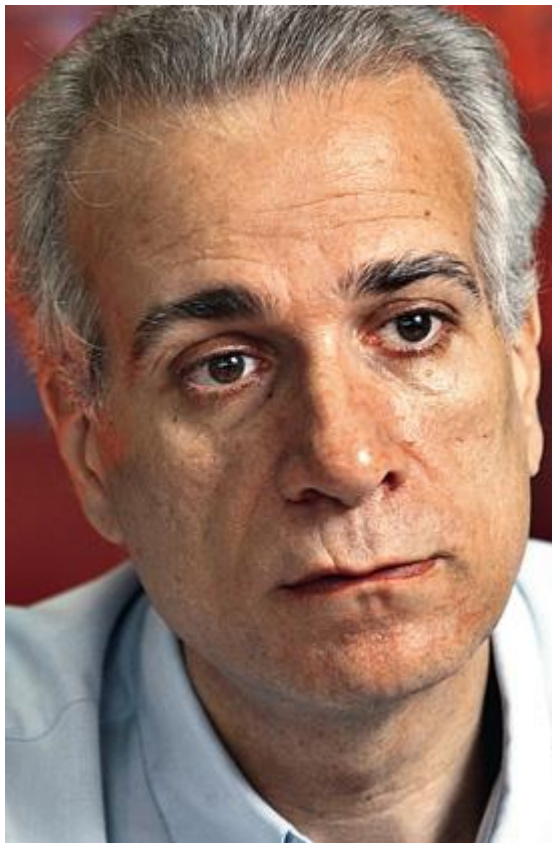
A força-tarefa da Lava Jato deve requisitar nos próximos dias cópia do inquérito que corre na Superintendência do Distrito Federal. Para delegados que investigam o Petrolão, são cada vez maiores os indícios de que o grupo Schahin integrou o clube de fornecedores da Petrobras que superfaturou contratos e desviou recursos públicos para o pagamento de propina a políticos do PT, PMDB e PP. Em depoimento recente, o ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa citou a ligação de Bumlai com o PT, além do vínculo estreito do pecuarista com o lobista Fernando Baiano, ligado à cúpula do PMDB. Bumlai, segundo Costa, é quem teria garantido a Baiano o livre trânsito na estatal.

Descobriu-se também que, entre 2010 e 2011, o pecuarista negociou diretamente com a estatal. Foi sócio de uma fornecedora de equipamentos e peças para grandes obras chamada Imbrax, numa parceria com o grupo Bertin. O empresário conta que só se associou à Imbrax para importar equipamentos para uma de suas fazendas. Na delação premiada que serviu de base para a deflagração da nona fase da operação Lava Jato, na semana passada, o ex-gerente de engenharia Pedro Barusco reforçou a versão de que a Schahin participou do esquema de corrupção. Apontou Mario Goes como o operador do grupo e de outras empreiteiras. Segundo Barusco, Goes guardava o dinheiro em seu apartamento em São Conrado, no Rio. E fazia entregas de mochila. Segundo investigações preliminares, Goes seria Mario Frederico de Mendonça Goes, dono da Mago



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval e membro do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP)."



NEBULOSO

Até hoje o assassinato do então prefeito de Santo André Celso Daniel (PT), ocorrido em 2002, está envolto em mistério. No ano passado, o processo, que estava no STF, foi anulado desde a fase dos interrogatórios

Deste modo, torna-se relevante a aprovação do requerimento de convocação do Sr. **Ronan Maria Pinto**, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca do exposto e/ou de fatos correlatos e suas vinculações.

Sala das Sessões, em de março de 2015.

Deputado Izalci
PSDB/DF

NGPS.2015.02.23

ⁱ http://www.istoe.com.br/reportagens/403624_A+EMPREITEIRA+E+O+AMIGAO+DE+LULA